



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 1636/24

DA 8ª COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

Processo nº - 1059/23

Relator: Deputado Marcos Barbosa

Encontra-se nesta Comissão para análise e parecer, o Projeto de Lei Complementar nº 93/2023, de iniciativa do Deputado Cabo Beбето, que “DISPÕE SOBRE A ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL PREVISTA NO ART. 81 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE ALAGOAS”.

A proposição em tela recebeu parecer pela constitucionalidade, quando de sua apreciação no âmbito da 2ª de Comissão de Constituição, Justiça e Redação, conforme Parecer nº 289/2023.


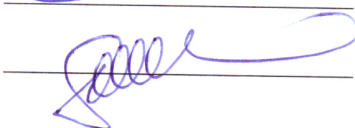
A matéria foi encaminhada a esta Comissão de Fiscalização e Controle para ser analisada quanto aos aspectos definidos no artigo 125, inciso VIII, do Regimento Interno.



A proposta versa sobre a atividade de fiscalização pelo Poder Legislativo Estadual, prevista no artigo 81 da Constituição do Estado de Alagoas. A fiscalização abrangerá visita e vistorias a prédios ou instalações; amplo acesso à documentação, física ou em suporte digital, sistemas de *software*, registro de ponto de frequência, entre outros.

Nos termos do Regimento Interno, cumpre à 8ª Comissão analisar os assuntos atinentes à fiscalização da gestão administrativa do Poder Executivo, da Administração Indireta, do Poder Legislativo e órgãos auxiliares e do Poder Judiciário. Assim, somos de **parecer pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 93/2023**.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS  
TAVARES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 16 de 10 de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE  
  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_  
RELATOR  
  
\_\_\_\_\_